

ENTRE EMANCIPAÇÃO E REGULAÇÃO: (DES)ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Danilo R. **Streck** – UNISINOS

Agência financiadora: CNPq

Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar esta novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição. (ARENDR, 1992, p. 243).

Resumo:

O artigo analisa a dupla face da educação popular na sua relação com os movimentos sociais na América Latina, como subsidiária e promotora destes. Ela surge e se constitui no movimento emancipatório de setores marginalizados da sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que é a expressão pedagógica dos movimentos e como tal é aliada na conquista de direitos políticos e civis. Ao mesmo tempo, enquanto processo pedagógico, ela é também uma instância formadora e orientadora da sociedade e dos próprios movimentos sociais. Analisam-se as mudanças nas relações especialmente a partir da década de 1990, quando entram em cena novas formas de regulação e controle. São destacados dois temas neste estudo: os territórios de resistência e as respectivas pedagogias, e a questão da nova governabilidade e as implicações para a educação popular.

Palavras-chave: Educação popular; movimentos sociais; Paulo Freire; América Latina

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho preparado para integrar o painel sobre *Educação popular e movimentos sociais: tensões e desafios na América Latina*, na 32. Reunião anual da ANPED, de 4 a 7 de outubro, sob o tema *Sociedade, Cultura e Educação: Novas Regulações?*

A educação popular tem como uma de suas marcas acompanhar o movimento de classes, grupos e setores da sociedade que entendem que o seu lugar na história não corresponde aos níveis de dignidade a que teriam direito. Isso pode significar a reivindicação de espaço na estrutura existente, mas pode também representar o engajamento na luta por rupturas e pela busca de novas possibilidades de organização da vida comum. O elemento definidor, neste caso, não é tanto o projeto final, mas a disponibilidade para sair do lugar, o mover-se em direção a um horizonte que apenas deixa entrever sinais do que Paulo Freire chamou de *inéditos viáveis*. Quer definamos a educação popular a partir dos objetivos, do método, do conteúdo, do contexto ou dos sujeitos, sempre haverá dúvidas sobre o que ela é de fato. Acredito que nisso reside uma de suas virtudes e é um dos motivos pelos quais ela não se dissolve como outras modas pedagógicas dispostas a trazer soluções mais ou menos definitivas.

Isso tem a ver com a sua origem. Há uma unanimidade entre os historiadores da educação popular de que ela se forma no movimento da sociedade. Se temos nomes que servem de referência é porque pessoas se dispuseram a captar a pedagogia que se realizava neste movimento. No entanto, enquanto processo, ela é maior que cada um desses nomes e continua sendo recriada neste movimento da sociedade. Uma das contribuições das teses e dissertações nos programas de pós-graduação é o desvelamento de pedagogias invisibilizadas pelo projeto pedagógico hegemônico, preocupado com estatísticas e resultados que habilitam os alunos a serem competitivos no atual cenário. Ao consenso de Washington, na economia, parece ter se sucedido um consenso pedagógico gerado a partir dos centros de poder. (cf. STRECK, 2007).

Neste artigo proponho-me a discutir a relação entre a educação e os movimentos sociais, tendo como pressuposto 1) que a origem da educação popular está nos movimentos sociais e 2) que na medida em que os movimentos sociais se reconfiguram no cenário nacional, regional e internacional, também a educação popular precisa perguntar-se pelo lugar de onde faz a sua leitura de mundo e a sua intervenção. O desafio é o mesmo que Paulo Freire coloca no início de *Pedagogia do oprimido*, quando diz: “Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema.

Descobrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam por saber mais.” (1981, p. 29). Acredito ser esta uma tarefa que se coloca para cada geração e que ela precisa responder lançando mão das ferramentas disponíveis em seu tempo.

Na primeira parte do artigo analiso brevemente como a educação popular surge no seio dos movimentos sociais, tendo como parâmetro a obra de Paulo Freire. Uma das características deste pensador é que ele soube reinventar a si mesmo e reinventar a pedagogia em meio ao movimento da sociedade. A pedagogia do oprimido se alonga em pedagogia da pergunta, pedagogia da esperança, pedagogia da autonomia, pedagogia da indignação e outras mais. Na segunda parte detenho-me na relação atual entre os movimentos sociais e a educação popular a partir de dois temas que emergem da análise: os territórios de resistência e as respectivas pedagogias, e a questão da nova governabilidade e as implicações para a educação popular.

A ORIGEM NO MOVIMENTO

A história da educação popular geralmente é contada a partir da década de 1960, que no Brasil coincide com uma forte mobilização popular na qual se encontrava inserida a educação, em especial a alfabetização de adultos. A referência mais marcante deste movimento pedagógico-político-cultural é o projeto de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Dentre os movimentos implantados no Nordeste, todos no início da década de 1960, podem citar-se o Movimento de Cultura Popular (MPC), criado na Prefeitura de Recife, a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, instituída pela Prefeitura de Natal e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela CNBB em convênio com o governo federal. Em sua análise deste período, Scocuglia (2000, p. 51) conclui que “embora continuassem sob o patrocínio do Estado, sob seu financiamento, esses movimentos transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, aprofundando suas raízes.” Uma das razões para isso teria sido a visão da educação como integrada à cultura enquanto expressão criativa de homens e mulheres.

Há, nesse sentido, uma coincidência com experiências em outros lugares do mundo: o movimento estudantil naquela época reivindicava uma democratização das relações nas

universidades e escolas; as mulheres deixavam os seus lugares tradicionais, nas casas, para reclamar uma participação igualitária em todos os setores da sociedade; o movimento dos direitos civis colocava em xeque a dominação baseada na cor da pele; as ainda existentes colônias africanas declaravam a sua emancipação. Esta relação dos movimentos sociais no contexto internacional com o surgimento da educação popular está expressa na nota de rodapé de Paulo Freire em *Pedagogia do oprimido*:

Os movimentos de rebeldia, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do *que* e do *como* estão sendo. Ao questionarem a “civilização do consumo”, ao denunciarem as “burocracias” de todos os matizes; ao exigirem a transformação das Universidades, de que resulte, de um lado – o desaparecimento da rigidez nas relações professor-aluno; de outro – a inserção delas na realidade; ao proporem a transformação da realidade mesma para que as Universidades possam renovar-se; ao rechaçarem velhas ordens e instituições estabelecidas, buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão, todos estes movimentos refletem o sentido mais antropológico do que antropocêntrico de nossa época (FREIRE, 1981, p. 29-30).

Esta citação contém elementos que compõem a compreensão de Freire sobre os movimentos sociais e que coincidem com grande parte das definições que encontramos em autores que estudam o tema:

- a) Os movimentos sociais são ações coletivas, com um certo nível de organização.
- a) Os movimentos são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade.
- b) Os movimentos sociais são localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente.
- c) Os movimentos sociais são ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização.
- d) Os movimentos sociais são lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos.

e) Os movimentos sociais da atualidade indicam a ultrapassagem de uma visão antropocêntrica em direção a uma visão antropológica.

Para nosso trabalho importa destacar o fato de que a educação popular, em sua origem, praticamente se encontra fundida com os movimentos sociais populares.² Na medida em que ela corresponde a uma pedagogia do oprimido (e não para ele), a fonte de inspiração será o próprio movimento da sociedade. Os movimentos sociais populares são considerados por Freire como a grande escola da vida. Neles a ação por melhorias concretas no bairro ou das condições de vida anda de mãos dadas com a reflexão sobre o entorno e sobre estratégias de luta. “É por esse caminho, diz Freire, que o Movimento Popular, vai inovando a educação” (FREIRE; NOGUEIRA, 1989, p. 66). Eles são uma força instituinte nas práticas educativas.

A ação dos movimentos, por outro lado, não gera a sua pedagogia em um vazio teórico. Neste contexto pode-se apenas lembrar que existe uma rica tradição pedagógica pouco integrada na reflexão teórica, mas que não obstante funciona como um manancial subterrâneo que alimenta as novas experiências. Talvez a figura mais expressiva seja José Martí com sua insistência na formação de homens e mulheres para o que ele chamava de *nossa América*, uma educação que reconhecesse as peculiaridades deste subcontinente e que formasse cidadãos e governantes para as jovens nações que aqui nasciam. Há uma longa lista de nomes que merecem ser trazidos à luz das discussões, entre eles José Mariátegui (Peru), José Pedro Varela (Uruguai), Nísia Floresta (Brasil), Elizardo Pérez (Bolívia) e Gabriela Mistral (Chile). O caminho para uma refundamentação consistente passa pela apropriação crítica desta memória submersa e subversiva.³

O ESTADO DA DISCUSSÃO

² Veja o artigo “Uma pedagogia em movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire” (STRECK, 2009)

³ Compete, nesse sentido, recuperar o sentido revolucionário da transmissão. Baseado em Walter Benjamin, Ricardo Forster (2008, p. 182) declara: “Por eso deseo reivindicar la tarea de la transmisión, acentuar su carácter iconoclasta, su intensidad subversiva em una época ausentada de sus raíces, huérfana del pasado.”

Verifica-se nos últimos anos uma preocupação crescente em torno do tema da educação popular e dos movimentos sociais. Os motivos para isso são diversos, mas destacaria como o principal deles a necessidade de reencontrar-se com práticas sociais que hoje traduzem efetivas perspectivas de transformação. Como assinalado por Pedro Pontual (2008, p. 3) na apresentação de um número especial da revista *La Pirágua* inteiramente dedicado ao tema em pauta, com o título de capa *Educación Popular y movimientos sociales hoy: Nuevos retos y compromisos*: “Los movimientos sociales son el sujeto político protagonista de las mas sustantivas transformaciones históricas em nuestro continente y de las prácticas de educación popular.” Ou seja, há em sua visão uma coincidência entre ações transformadoras na sociedade e educação popular, ambas impulsionadas pelos movimentos sociais.

Na abertura de outra obra que reúne reflexões de pesquisadores brasileiros e portugueses, encontramos ainda de maneira mais explícita a busca de lugares que estejam fora ou na margem do âmbito da institucionalidade das políticas de educação dirigidas a públicos adultos e que se conforma aos ditames da nova economia. Nas palavras de Rui Canário, no prefácio do livro *Educação popular e movimientos sociales* (2007, p. 8): “Transitou-se de uma perspectiva de ‘humanização’ do desenvolvimento e de promoção social, imagem de marca do movimento de educação permanente impulsionado pela UNESCO, para uma clara subordinação funcional da formação de adultos a uma racionalidade econômica, em que impera a lógica e o poder das empresas multinacionais.” O objetivo da publicação por ele referida é, por um lado, questionar essa compreensão estreita da educação de adultos e, por outro lado, identificar potencialidades de emancipação na ação transformadora. Mais uma vez, o olhar se volta para os movimentos sociais.

Um terceiro livro inicia com uma referência à exaustão do modelo de organização social que não mais corresponde às “mais generosas aspirações dos Humanos e do Planeta.” Afirma Alder Calado (2008, p. 10), prefaciador do livro *Educação popular e movimientos sociales: aspectos multidimensionais na construção do saber*: “Os Movimentos Sociais Populares com projeto alternativo de sociedade emergem como protagonistas principais, no

atual cenário sócio-histórico.” A possibilidade de uma outra sociedade estaria vinculada a uma efetiva organização dos núcleos ativos que se encontram na base.

A coincidência dos títulos⁴ sinaliza que se está diante de um tema prioritário para a educação popular. Tendo a leitura do mundo como um de seus axiomas básicos, esta preocupação corresponde à experiência de ter que redefinir o lugar de onde é feita esta leitura. Consultam-se então os cientistas sociais para compreender a dinâmica dos movimentos sociais e encontra-se ali surpresas nas discussões. Por exemplo, quem não ouviu falar dos novos movimentos sociais? Ou dos novíssimos? Vejamos o que diz Follari(2008, p. 21) a este respeito:

Los “nuevos movimientos sociales” no siempre son nuevos; como en el caso de los indígenas o los grupos cristianos, resulta absurdo denominarlos así. Lo que siempre es nuevo, es su descubrimiento por parte de los intelectuales, que apelaron a ellos cuando se quedaron sin discurso propositivo em los años noventas, trás la caída del socialismo real. A falta de sociedad alternativa, bueno resultado hablar de la sociedad civil.

O mesmo autor desmistifica a relação maniqueísta entre os “bons” movimentos sociais e as “más” instituições políticas. Segundo ele, ambos cumprem funções diferentes e são necessários na sociedade. Os movimentos sociais não podem funcionar como partidos políticos e governos, nem desempenhar o papel destes; da mesma forma, se a racionalidade dos movimentos sociais – que por natureza tem um foco de ação restrito – prevalecesse, perder-se-ia a tensão entre as singularidades dos movimentos e as políticas gerais.

A partir do que sabemos sobre a relação entre movimentos sociais e educação, os estudos podem ser divididos em dois grandes blocos, que na realidade são as duas faces do mesmo fenômeno. Por um lado, procura-se compreender a pedagogia dentro do movimento no sentido de potencializar os processos ali desenvolvidos e extrapolar as lições para outros

⁴ Ver também *Educação popular e movimentos sociais* (SCOCUGLIA; JEZINE, 2006) e *Educação e movimentos sociais: novos olhares* (JEZINE; ALMEIDA, 2007); *Movimientos sociales: La emergencia del nuevo espíritu* (DRI, 2008); *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido* (MAFRA; ROMÃO; SCOCUGLIA; GADOTTI, 2009)

lugares pedagógicos, a partir do pressuposto de que ali ocorrem aprendizagens que podem servir de referência para outros contextos pedagógicos. Outra dimensão dos estudos é o movimento, em si, como um momento pedagógico para a sociedade.

Dentre as aprendizagens nos movimentos podem ser destacados os seguintes: a) o redimensionamento do popular, ampliando o seu significado para além da tradicional visão classista; b) o enraizamento como uma necessidade para uma educação que se propõe a reconstruir identidades; c) ao mesmo tempo, a ruptura e a insurgência como parte da pedagogia dos movimentos sociais; d) a participação como um princípio metodológico, uma vez que a solidariedade entre os integrantes de um movimento é constitutiva do próprio movimento; e) uma nova compreensão de sujeito, como emergência na ação e não como instância fixa; f) a produção de saberes específicos da área de atuação dos movimentos sociais, tais como ecologia, direitos humanos, a questão da terra e moradia; g) a relação com o poder, devendo este ser recriado em função tanto da eficácia da ação quanto da solidariedade interna; f) o redimensionamento do local e do global.⁵

Em termos de significado para a sociedade, os movimentos sociais se caracterizam por introduzir o conflito como um elemento pedagógico. A mídia desempenha um papel fundamental neste “ensino” a partir dos movimentos sociais. Há, hoje, uma forte tendência nos meios de comunicação hegemônicos à “criminalização” dos movimentos sociais, classificando os seus integrantes como perturbadores da ordem e, portanto, sujeitos à repressão policial. (cf. SEONE, 2008). Por outro lado, os próprios movimentos criam estratégias pedagógicas muito efetivas. A prática do MST de visitar cidades e estabelecer diálogo com igrejas, entidades e órgãos públicos certamente contribuiu para que, apesar das repressões, se encontrasse disseminado na opinião pública um reconhecimento de justiça na causa da luta dos trabalhadores sem terra. Hoje, cada vez mais a Internet ajuda a construir redes de informação alternativa que fazem o contraponto à opinião emanada em meios de comunicação aos quais o povo só tem acesso como espectador ou como coadjuvante nos programas das tardes de domingo.

⁵ Uma análise mais detalhada destes se encontra no artigo “Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras” (STRECK, 2006).

A AGENDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO POPULAR

A tendência acima indicada de reencontro da educação popular com os movimentos sociais indica também que houve um distanciamento, quando não um divórcio. Um dado importante é que a crise dos movimentos sociais, associada à queda do muro de Berlim (1989), coincide, na educação popular, com a busca de refundamentação ou, como querem alguns, de refundação. Passada a avalanche neoliberal, o momento atual parece traduzir-se exatamente por este reencontro numa luta já com contornos um pouco mais definidos. Roberto Leher (2007, p. 20) aponta que “as contradições ensejadas pelas políticas de ajuste estrutural neoliberal provocaram relativa ascensão das lutas sociais, assim como recolocaram na agenda dos movimentos sociais a necessidade de repensar suas estratégias.” Por isso, segundo ele, “é possível verificar um extraordinário revigoramento da educação popular e, em particular, da formação política.”

O revigoramento referido por Leher talvez corresponda mais propriamente a um deslocamento de foco e uma visão mais clara do panorama que se coloca diante de nós. Analisamos, a seguir, dois aspectos deste panorama, cruzando na discussão a perspectiva dos movimentos sociais e da educação popular. São eles: a configuração de novos territórios de resistência e suas pedagogias, e as “novas governabilidades” e suas formas de regulação.

Os territórios de resistência e suas pedagogias:

O Fórum Social Mundial, cuja primeira edição ocorreu em 2001, revelou que, paralelo à globalização do mercado, existe também uma confluência de movimentos que buscam novas formas de regulação coletiva e democrática. O livro *Mundialización de las resistencias* (AMIN; HOUTART, 2004) dá um panorama destes movimentos em todos os continentes. Em que pesem as diferenças devido às especificidades do contexto social, econômico e cultural há uma ampla convergência expressa no slogan do Fórum Social Mundial: “Um outro mundo é possível”. Desde a luta dos Dalits na Índia aos movimentos indígenas e camponeses na América Latina começa a haver a construção de uma agenda

comum como sinal do reconhecimento da necessidade de superar a clássica fragmentação dos movimentos sociais em busca da construção de um mundo no qual, na bela expressão dos zapatistas, caibam todos.⁶

O mapa dos movimentos sociais na América Latina também surpreende pela quantidade e variedade. Em resumo, segundo o estudo de Bava e Santos (2008), as regiões apresentam as seguintes características: 1) no México, América Central e Caribe o estudo aponta o grande esforço para garantir direitos; 2) na zona andina, devido a uma maior polarização entre direita e esquerda, se luta por uma refundação democrática, de caráter mais radical; 3) no cone sul, onde a institucionalidade democrática foi capaz de integrar novos atores políticos o conflito se processa através de canais de participação dentro de uma proposta de caráter reformista. Trata-se de um mapa em permanente mudança, segundo a própria dinâmica reativa e propositiva dos movimentos sociais em relação aos desafios da conjuntura.

Nesta visão panorâmica da sociedade merece atenção a idéia de território, este por sua vez associado com a luta de resistência. Um movimento social é, por princípio, a busca de um outro lugar social. Ele se dá a partir daqueles que rompem a inércia e se negam a continuar vivendo no lugar que historicamente lhes estava designado. A partir deste mover-se formam-se territórios que se orientam por uma lógica distinta da hegemônica. Conforme a definição de Zibechi (2008, p. 31): “El territorio es entonces el espacio donde se despliegan relaciones sociales diferentes a las capitalistas hegemónicas, aquellos lugares em donde los colectivos pueden practicar modos de vida diferenciados.” O autor comenta a seguir que a idéia de território introduzida pelos povos indígenas junto com as noções de autonomia, autogoverno e autodeterminação significa uma verdadeira revolução teórica e política, porque pressupõe a possibilidade de uma nova distribuição do poder, rompendo a concentração exclusiva no estado-nação.

⁶ Por trabalhar nos matam, por viver nos matam. Não há lugar para nós na sociedade. Por lutar nos matarão, mas assim faremos para nós um mundo onde caibamos todos e todos possamos viver sem morte na palavra. (Quarta Declaración de la Selva Lacandona. In: CAPARÓ, 2001, p. 314)

Do ponto de vista pedagógico, essa idéia é importante porque impõe o reconhecimento de distintas pedagogias neste multiforme e cambiante mapa de territorialidades.⁷ A pedagogia do oprimido desdobra-se em pedagogias, no plural: de grupos juvenis, de direitos humanos, de ecologia, dos sem-teto, da terra e muitas outras. A educação popular passa a ser uma espécie de meta-pedagogia que abriga essas diferenças, tendo como desafio manter, na expressão cara a Paulo Freire, a *unidadade na diversidadde*. Alfonso Torres (2007, p. 117) expressa bem esta função pedagógica da educação popular, quando diz que “las organizaciones y los movimientos sociales se convierten em espacios de socialización y educación política, en la medida en que desde las experiencias y procesos que generan, efectuan representaciones y alimentan nuevas identidades y utopias. “

A tarefa não consiste na pretensão de “educar” os movimentos no sentido de enquadrá-los num mesmo esquema, mas permitir a emergência de novas possibilidades pedagógicas. Para isso é necessário afinar o olhar. “Si persistimos en una mirada ilustrada, letrada y desde arriba, o sea masculina, blanca e intelectual, seguiremos subestimando acciones nacidas y realizadas por los de abajo.” (ZIBICHI, 2008, p. 57). São inúmeros os exemplos de práticas educativas que se valem de estratégias diferenciadas e que a partir de daí enriquecem o já vasto campo da educação popular.

As novas governabilidades:

A América Latina se caracteriza no cenário mundial por ter sido o lugar de experimentação das políticas neoliberais, implantadas sob o peso de ditaduras. Paradoxalmente é também o lugar onde mais cedo se verificaram os movimentos de resistência. Um exemplo importante da mobilização popular para participar nas decisões de sua cidade é o Orçamento Participativo implantado em Porto Alegre no ano de 1989 pela Administração Popular, representando o acúmulo de muitas outras experiências de participação popular que estavam ocorrendo no Brasil. A América Latina é também o continente que abrigou o

⁷ “En nuestro continente existen territorios heterogéneos porque los pueblos de nuestro continente resistieron y resisten la dominación, sustentando y creando territorios donde pueden habitar los modos de vida no hegemónicos. Ni la diferencia sociocultural, ni los territorios que las hospedan, son datos de la realidad sino construcciones cotidianas. Lejos de ser esencias se trata de creaciones y re-creaciones permanentes.” (ZIBECHI, 2008, p. 79).

Fórum Social Mundial, um fato emblemático na busca de alternativas ao “pensamento único” fomentado pela globalização a partir dos interesses do mercado.

Nos últimos anos o mapa político revela uma forte inclinação para a esquerda com a eleição de governantes identificados, em graus diferenciados, com políticas que introduzem atenuantes ao neoliberalismo dominante em décadas anteriores. Isso tem algumas implicações importantes para os movimentos sociais e para a educação popular. Por um lado, seria contraditório não reconhecer que a presença desses governos se deve à intensa mobilização da sociedade, com conflitos que custaram a vida de muitos concidadãos. A eleição de Lula no Brasil ou de Evo Morales na Bolívia, apesar das diferenças, foi festejada como uma vitória de forças que foram construindo sua participação no poder ao longo de décadas.

Por outro lado, paira no ar um sentimento de que as mudanças estão muito aquém do esperado. Da tensão entre a conquista pelos movimentos sociais e da força das elites para manter o seu poder, surge o que Zibechi chama de “novas governabilidades”. Ele explica o conceito com as seguintes palavras:

Son el punto de intersección entre los movimientos (no como instituciones sino como capacidad de mover-se) y los estados, y a partir de ese “encuentro”, em el proceso de encontrar-se, van naciendo las nuevas formas de dirigir estados y poblaciones. Más que punto o puntos de encuentro, quiero dar la idea de algo móvil y em construcción y re-construcción permanente. O sea, que las nuevas gobernabilidades no son ni una construcción unilateral ni um lugar fijo, sino una construcción colectiva y em movimiento. (2008, 103)

Já não estaríamos no contexto de estados de bem-estar social nem de estados neoliberais num sentido estrito, mas em estados que procuram manter a sobrevivência das políticas existentes com novas formas de legitimação e com novas estratégias de governar os movimentos de baixo. Exemplos disso são as políticas compensatórias, os muitos tipos de bolsa que interferem de forma direta na vida das pessoas e, embora não alterando substancialmente o quadro das desigualdades, ensejam um certo grau de mobilidade social.

Dentro desta discussão merece destaque o papel das ONGs, que proliferam nas últimas duas décadas. Embora haja controvérsias sobre a função que desempenham na atual conjuntura política, parece haver um certo consenso de que passaram de um papel contestatório a um papel de colaboração, impulsionando a participação em escala local, mas sem intervir nas políticas macroeconômicas. Esta adaptação ao sistema está vinculada sobretudo ao surgimento de ONGs de segundo grau, ou seja, aquelas destinadas a canalizar a ajuda ao desenvolvimento. Zibechi (2008, p. 109) traz um exemplo do Chimborazo, uma região do Equador de população predominantemente indígena: com 28 mil habitantes a região tinha 158 ONGs de primeiro grau e e 12 ONGs de segundo grau.

No contexto dessa nova governabilidade muitos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se associaram àquelas que os apoiavam. Deixou-se de lado o caráter de protesto e reivindicação e passou-se à linguagem dos projetos e programas. Segundo a análise de Maria da Glória Gohn, criou-se uma nova gramática, sujeita a prazos e resultados de projetos, mesmo que estes atendessem apenas uma pequena parcela da população. “O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.” (Gohn, 2007, p. 37). Sua análise coincide com a de Zibechi (2008, p. 110), quando este denuncia o caciquismo que se forma a partir das ONGs, sendo a capacidade dos dirigentes avaliada não pela qualidade política, formativa e organizativa do movimento, mas pela habilidade de captar recursos. Trata-se, como argumentou um dirigente de ONG, de uma questão de escala. Em outras palavras, o mundo está mais ou menos em ordem, basta que se ampliem os projetos existentes.⁸

Deve ser dito que não se trata de negar a seriedade do trabalho de ONGs ou o seu o direito de conquistar recursos para os seus projetos através de parcerias. O trabalho realizado nessas instituições é tão digno como aquele que se realiza em escolas e universidades e em algumas regiões representa a possibilidade de emprego para profissionais de várias áreas,

⁸ Sobre os efeitos despolitizadores da ação das ONGs diz Forster (2008, p. 99): “Simplemente se desativó su presencia; su voz, se lo devolvió al silencio de quien carece de subjetividad, de quien es apenas objeto de conmiseración y caridad, pero ya no de expectativa o temor, dueño de una habla fecundada por el hùmus de la memoria y las resistencias.”

desde agrônomos a pedagogos. No entanto, as análises chamam atenção para o fato de que elas também ajudam a “educar” os movimentos no sentido de adaptá-los à racionalidade hegemônica, integrando-as de forma subalterna. Nesse processo são amplamente usadas as metodologias de educação popular, passando estas a ser instrumentos para perpetuar a dominação. É o feitiço que se volta contra o feiticeiro.

CONCLUSÃO

Em recente livro, Emir Sader (2009) usa a metáfora da toupeira para referir-se à América Latina. A toupeira, explica ele, remete a processos ocultos e imprevistos, mas sempre persistentes e em amadurecimento, que de repente vem à luz, muitas vezes de forma surpreendente. Creio que é uma metáfora que pode ser estendida para a educação popular na sua relação com os movimentos sociais. Há simplesmente muitas coisas que não vemos e conhecemos porque os movimentos sociais e os processos pedagógicos não são entidades fixas que podem ser dissecadas.

A epígrafe de Hannah Arendt no início deste texto pode, em princípio, soar estranha no contexto de um discurso pedagógico que se assume como progressista. Creio, no entanto, que a filósofa aponta para uma dimensão importante na educação, que é a impossibilidade de conhecer o novo que vem ao mundo com cada nascimento. É o nascimento de cada criança e é também o nascimento que ocorre nos movimentos sociais que se gestam onde a vida é ameaçada. O caráter conservador – e por isso talvez revolucionário - da educação consiste em cultivar a possibilidade de o novo não ser abortado ou ser enquadrado nas relações existentes que o asfixiam.

Freire falava da dialética entre paciência e impaciência. “Se alguém enfatiza a paciência, cai no discurso tradicional que diz: ‘Tem paciência, meu filho, porque será seu o reino dos céus.’ O ativismo esquece que a história existe, não tem nada a ver com a realidade, pois está fora dela.” (FREIRE, 1982, p. 7). Ele diz ter aprendido isso com Amílcar Cabral, um grande líder revolucionário da Guiné Bissau. É essa também a lição de muitos movimentos sociais que com suas ações, às vezes pequenas, constroem um novo que não podemos ver e

tocar. A educação popular se dá nessa aposta e possibilidade, entre a paciência e a impaciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir; HOUTART, François (Ed.). *Mundialización de las resistencias: Estado de las luchas 2004*. Panamá: Ruth Casa Editorial, 2004.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CALLADO, Alder Júlio Ferreira. Prefácio. In: LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Org.). *Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

CANÁRIO, Rui (Org.). *Educação popular & movimentos sociais*. Lisboa: Educa; Unidade I&D de Ciências da Educação; Autores, 2007.

CAPARÓ, Gabriel (Comp.) *Ansias del alba: Textos zapatistas*. La Habana: Editorial Caminos, 2001.

DRI, Rubén. *Movimientos sociales: La emergencia del nuevo espíritu*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2008.

FORSTER, Ricardo. *El laberinto de las voces argentinas: Ensayos políticos*. Buenos Aires: Colihue, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Virtudes do educador*. São Paulo: Vereda, 1982.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto. (Orgs.) *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007. p. 33-54.

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto. (Orgs) *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007.

LEHER, Roberto. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto. Org. *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007. p. 20-32.

LINS, Lucicléa Teixeira; OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (Org.). *Educação popular e movimentos sociais: Aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

MAFRA, Jason; ROMÃO, José Eustáquio; SCOCUGLIA, Afonso; GADOTTI, Moacir (Orgs.). *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Ed,L, 2009.

PONTUAL, Pedro. Presentación, Movimientos sociales, tema vital para la educación popular. *La Pirágua. Revista Latinoamericana de Educación y Política*. N. 27, I/2008, p. 3-5.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. São Paulo; João Pessoa: Cortez/Editora UFPA/IPF, 2000.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; JEZINE, Edineide (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SEONE, José. Los desafíos de las alternativas em América Latina hoy: movimientos populares y gobernabilidad neoliberal. *La Piragua. Revista Latinoamericana de Educación y Política*. N. 27, I/2008,. p.24-28.

STRECK, Danilo R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. *Série-Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. N. 22, Jul/Dez. 2006. p. 99-112.

_____. Uma pedagogia em movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. In: MAFRA, Jason; ROMÃO, José Eustáquio; SCOCUGLIA, Afonso; GADOTTI, Moacir (Orgs.). *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Ed,L, 2009. p. 63-72.

_____. O “consenso pedagógico” e algumas falácias: Perspectivas freireanas. In: SILVEIRA, Fabiane Tejada da; GHIGGI, Gomercindo; PITANO, Sandro de Castro. (Orgs.). *Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo*. Pelotas: Seiva, 2007.

TORRES CARRILLO, Alfonso. *La educación popular: tTrajectória y actualidad*. Bogotá: Códice, 2007.

ZIBECHI, Raúl. *Territorios de las periferias urbanas latinoamericanas*. Buenos Aires: Cooperativa de Trabajo Lavaca Ltd., 2008.